

O EXÉRCITO BRASILEIRO E A EMULAÇÃO DOS MODELOS FRANCÊS E ESTADUNIDENSE NO SÉCULO XX

Eduardo Munhoz Svartman¹

RESUMO

Na primeira metade do século XX o Exército Brasileiro empreendeu reformas para modernizar-se e reequipar-se com armas e doutrinas atualizadas. Este processo, apesar de conduzido pelas autoridades brasileiras, dependeu do estabelecimento de convênios com duas grandes potências, a França e os Estados Unidos. Em função disso, texto investiga, numa perspectiva comparada, os processos de emulação decorridos da vigência da Missão Militar Francesa (1919-39) e dos acordos militares firmados pelo Brasil com os Estados Unidos em 1942 e 1952. A análise privilegia os aspectos relativos às negociações e interesses envolvidos nos dois convênios; alcance da cooperação; adoção de armas, equipamentos e doutrinas; resistências e adaptações; bem como as implicações políticas, internas e externas, da adoção dos dois modelos. **Palavras-chave:** Emulação militar; modernização; relações Brasil-França; relações Brasil-Estados Unidos.

¹Doutor em Ciência Política, professor dos programas de pós-graduação em Ciência Política (PPG-Pol) e em Estudos Estratégicos Internacionais (PPG-EEI) da UFRGS, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: eduardosvartman@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Na primeira metade do século XX o Exército Brasileiro empreendeu reformas no sentido de modernizar-se e de melhor aparelhar-se para o desempenho das funções militares clássicas. Este processo, apesar de conduzido pelas autoridades brasileiras, dependeu do estabelecimento de convênios com duas grandes potências, a França e os Estados Unidos. Considerando o impacto e a sua contiguidade temporal, este texto investiga, numa perspectiva comparada, os processos de emulação de modelos organizacionais decorridos da vigência da Missão Militar Francesa (1919-39) e dos acordos militares firmados pelo Brasil com os Estados Unidos em 1942 e 1952. A análise privilegia os aspectos relativos às negociações e interesses envolvidos nos dois convênios; adoção de armas, equipamentos e doutrinas; resistências e adaptações bem como as implicações políticas, no Brasil, da adoção dos dois modelos.

A emulação militar consiste na deliberada imitação de aspectos do sistema militar de um país por parte de outro. Trata-se de um processo distinto de simples reformas, já que estas podem ocorrer sem a adoção de um modelo externo a ser emulado, e não gera uma cópia idêntica, mas um híbrido que guarda características tanto do modelo emulado quanto da organização prévia (RESENDE-SANTOS, 2007). A teoria neorrealista propõe que esta seja uma prática inerente ao comportamento dos Estados em face às mudanças na estrutura sistêmica. Num ambiente de competição, os estados copiam as práticas bem sucedidas de outros, de modo que a emulação militar consiste numa forma eficaz e rápida de incrementar o poder e a segurança estatal (WALTZ, 2002). Sendo, portanto, uma forma de balanceamento interno. Este comportamento, contudo, possui padrões diferenciados. Após a derrota de 1870, a França passou a emular aspectos importantes do modelo alemão, como a organização do estado-maior e a retomada do recrutamento universal sem, contudo, haver a contratação de missões militares do rival vencedor. Países periféricos, por sua vez, tendem a não emular seus vizinhos ou rivais regionais, mas as potências militares centrais e historicamente o fizeram através acordos especiais de assessoria, treinamento e transferência de armamentos que envolviam outras questões políticas e diplomáticas para além das estritamente militares.

O fenômeno da modernização militar pela via da contratação

de missões reformadoras foi bastante disseminado entre as décadas finais do século XIX e o início do XX. Japão, China e Turquia constituem casos bastante conhecidos de modernização de suas forças de terra e mar amparados em reformas assessoradas por militares estrangeiros. Num cenário de crescente competição entre as grandes potências e de acelerado desenvolvimento tecnológico dos armamentos, vários países com pouca ou nenhuma indústria trataram de reorganizar suas forças armadas. Seu objetivo era replicar, em alguns casos até superar, a estrutura organizacional da “nação em armas” praticada pelas potências continentais europeias e capacitar suas tropas para o novo tipo de guerra moderna que então se vislumbrava. Já as potências, especialmente Alemanha e França e mais tarde Estados Unidos, viam nessas demandas a oportunidade de ampliar suas esferas de influência, firmar alianças e de garantir escala para suas indústrias bélicas nacionais. As implicações da emulação militar em larga escala são bastante relevantes, tanto no plano internacional, revelando novas potências, como o Japão, quanto no plano doméstico, reforçando capacidades dos governos centrais em face aos locais e fazendo das modernas e profissionalizadas corporações armadas importantes atores políticos em seus respectivos países.

A América do Sul não esteve à margem deste processo. Após a Guerra do Pacífico, o Peru recorreu à França para remodelar seu recém-derrotado exército, enquanto o Chile, mesmo vitorioso, contratou uma influente missão militar alemã, mobilizando a Argentina a fazer o mesmo em 1899. Na primeira década do século XX um clima de corrida armamentista se instalava na região, bem como a percepção de que o Brasil deveria melhor organizar, treinar e aparelhar suas forças armadas, o que impulsionou a renovação da Marinha Brasileira, calcada na aquisição de modernos navios ingleses, a compra de novos armamentos para o Exército e estudos para a contratação de uma missão militar estrangeira para esta força.

Apesar de enviar oficiais para estagiar na Alemanha entre 1906 e 1912, e de um limitado esforço de emulação do modelo prussiano, protagonizado pelos chamados jovens turcos, o Brasil foi menos célere que seus vizinhos e só contratou uma missão de instrução para o Exército em 1919, da França. Por duas décadas oficiais franceses se fizeram presentes no ensino e nas reformas organizacionais que remodelaram o exército brasileiro. Esta longa presença francesa, contudo, foi abruptamente substituída por uma igualmente longa interação com os Estados Unidos que se estendeu, formalmente, de 1942 a 1977.

O tema da importação de modelos militares na América do Sul e suas implicações nos planos doméstico e externo não é, por certo, novo. Ainda nos anos 1980, Frederick Nunn (1983) publicou um instigante estudo comparando as experiências argentina, chilena, brasileira e peruana que ajuda a colocar em perspectiva os diferentes padrões de ação política dos militares destes países, fundamentalmente no nível doméstico. Mais recentemente, João Resende-Santos (2007) empreendeu outro estudo comparado envolvendo Argentina, Brasil e Chile acentuando a dimensão internacional dos processos de emulação e procurando fornecer uma teoria que explique o fenômeno. Fora do campo dos estudos comparados, há os elucidativos trabalhos de Manuel Domingos Neto (1980; 2007) sobre a missão militar francesa e os de Frank McCann (1983, 2007), cujas extensas pesquisas sobre a influência estrangeira no exército brasileiro permitem ao leitor estabelecer conexões entre as experiências acumuladas sob a missão francesa e o início da influência estadunidense. Não avançando, contudo, para além de 1945. Embora existam vários estudos sobre as relações militares entre Brasil e EUA (MCCANN, 1994; DAVIS, 1996; SVARTMAN, 2014), ainda falta um estudo comparando as duas experiências brasileiras de emulação militar no século XX, lacuna que este artigo pretende preencher.

No presente momento, no qual o Exército Brasileiro empreende um novo movimento de modernização, marcado pela busca por maior autonomia tecnológica e retomada da indústria de defesa, pretende-se aqui por em perspectiva duas experiências passadas de modernização por outra via, a da emulação militar. Como se trata de um tema já bastante investigado, não se pretende recuperar toda a dinâmica de cada uma das experiências, mas de comprara-las com base em quatro aspectos específicos e, com isso, apreender melhor as particularidades e as características comuns de cada uma dessas experiências, bem como o seu legado.

NEGOCIAÇÕES E INTERESSES

A contratação da missão militar francesa pelo Exército foi objeto de acirrada disputa internacional e decorrência de uma série de manobras políticas. Desde a gestão de Hermes da Fonseca no ministério da Guerra reformas vinham sendo implantadas no sentido de melhorar a organização, o preparo e o armamento do Exército. Esperava-se, também, que um exército mais profissionalizado e disciplinado mantivesse seus

quadros ocupados com seu ofício e não com rebeliões, como a de 1904. Fazendo frente a uma organização na qual predominavam oficiais cindidos entre os “tarimbeiros” (com pouca ou nenhuma formação técnica) e os “doutores” (mais versados em matemática e filosofia que em assuntos militares), iniciou-se um processo de aproximação com a Alemanha que envolveu tanto a compra de armamentos quanto o envio de oficiais para estágios. Tomava impulso um importante movimento reformador que, apesar de encontrar eco na sociedade, com a aprovação da lei que instituiu o serviço militar obrigatório, não fora capaz de garantir a contratação de uma missão alemã. Na verdade não havia consenso, mesmo entre os militares reformadores, quanto à adoção de um modelo estrangeiro e a subordinar oficiais brasileiros aos instrutores de outro país. A ascendência da cultura francesa sobre as elites civis brasileiras e manobras diplomáticas contribuíram para obstar uma influência alemã mais significativa sobre o Exército naquele momento. Posteriormente, o resultado da I Guerra Mundial colocou o exército francês como a grande referência a ser adotada e, em 1919, oficiais que haviam estagiado na Alemanha publicavam artigos na influente revista *A Defesa Nacional* apoiando a recém-contratada missão militar francesa (NUNN, 1983; MCCANN, 2007).

A missão deveria reformular o Estado-Maior, reescrever regulamentos e conferir ao ensino um caráter mais técnico e especializado, bem como introduzir novos serviços, como a aviação. Isso tudo e os armamentos a serem adquiridos deveriam conferir ao Brasil maior prestígio internacional e uma posição mais confortável que permitisse balancear o tradicional rival, a Argentina – que já havia modernizado e ampliado seu poder militar. Para os franceses, a missão faria parte de um jogo de balanceamento contra a Alemanha, representada na região justamente pela Argentina, que havia contratado de Berlim uma missão militar. Contudo, os termos do contrato e o zelo do primeiro chefe da missão pelo seu cumprimento à risca indicam que o maior objetivo da França era comercial. O contrato assegurava o monopólio francês no fornecimento de assessoria, armamentos e equipamentos militares ao Brasil. O general Maurice Gamelin mostrou-se sempre atuante no sentido de defender a influência e de ampliar a presença francesa no mercado brasileiro. Embora seja mais lembrado no Brasil por sua atuação como instrutor e reformador, o general francês tratou de assegurar às indústrias francesas encomendas de aviões, viaturas, telégrafos, cozinhas de campanha e até tecidos para fardamento (DOMINGOS NETO, 2007).

Ainda que estivesse no horizonte o fato das rivalidades entre Brasil e Argentina espelharem as da França e da Alemanha, o contrato militar firmado entre Brasil e França não constituía uma aliança no sentido estrito do termo. Ao emular a organização militar francesa os militares brasileiros estavam adquirindo, a preços de mercado, produtos e serviços franceses.

A intensificação dos laços entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos foi sensivelmente mais complexa, uma vez que as motivações políticas e estratégicas sobrepunham-se às comerciais e que o Exército Brasileiro, apesar de pequeno e pouco equipado, já contava com um corpo de oficiais em dia com a modernidade militar de sua época. McCann (1983) chama atenção para as iniciativas dos adidos militares estadunidenses para estreitar laços com o Brasil durante os anos 1920 sem, contudo, melindrar os franceses enquanto vigorava o contrato da missão. Na década seguinte, contudo, Washington e o Rio de Janeiro mostraram-se muito mais ativos. O processo de aproximação das Forças Armadas brasileiras às estadunidenses inseriu-se no quadro do alinhamento diplomático do Brasil com os Estados Unidos e da projeção deste país na América Latina (MOURA, 1980). Neste marco mais amplo, que se delineava no início dos anos 1930, as Forças Armadas brasileiras, e o Exército em particular, tiveram um protagonismo crescente no Brasil, influenciando em diferentes esferas da política nacional. Isso lhes permitiu fazer das suas necessidades de reequipamento um item importante da agenda de política externa brasileira, de modo a compor os termos da barganha brasileira pelo seu alinhamento na II Guerra Mundial. Até a ruptura de relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, em janeiro de 1942, os militares brasileiros buscaram o atendimento de suas demandas por material bélico tanto na Alemanha ou na Itália quanto, eventualmente, nos EUA de forma que o mercado brasileiro foi objeto de uma intensa competição entre diferentes potências (HILTON, 1977).

Não se tratava apenas de compra de armas, o que também estava em pauta eram os alinhamentos para o grande conflito que se avizinhava. Em função disso, os Estados Unidos, que desde a implantação da *política de boa vizinhança* vinham num processo de aproximação diplomática, empreenderam um movimento semelhante na esfera militar de modo a difundir uma imagem positiva de Washington e a criar canais e vínculos que lhe fossem convenientes. No caso brasileiro, a iniciativa era importante para deslocar a influência militar europeia em favor dos EUA; o que facilitaria as negociações em torno da cedência de bases e de uso do espaço aéreo, importantes para a segurança de determinados pontos críticos, como o canal do Panamá, bem como as negociações relativas ao fornecimento de matérias primas estratégicas. Num contexto em que ainda

havia restrições legais à exportação de armas nos EUA, o Brasil fazia parte da estratégia estadunidense de consolidar a América Latina como região fora do alcance da influência europeia e com isso garantir a projeção da sua influência política e econômica sobre o continente, fortalecendo sua posição face às potências rivais (SCHULTZ, 2000)².

A diplomacia brasileira procurava explorar essa rivalidade para melhor atender às demandas em favor da fundação das bases para a industrialização, da projeção política regional do Brasil e do rearmamento das Forças Armadas, as quais também consideravam a industrialização essencial para garantir a defesa nacional no longo prazo. Até a eclosão da guerra na Europa, o Brasil usou seus trunfos (matérias-primas e posição estratégicas e o desejo de comprar armas) para jogar uma política pendular. Com a irrupção do conflito, acentuou-se a importância do Brasil na estratégia regional norte-americana, o que permitiu, nas negociações bilaterais paralelas às conferências interamericanas, que a adesão brasileira aos Aliados e a cedência de bases no nordeste fossem barganhadas por créditos para a construção de uma siderúrgica e pelo reequipamento de suas Forças Armadas (MOURA, 1980, 1991).

Diferente da experiência francesa, as relações militares do Brasil com os EUA envolveram uma aliança militar efetiva, embora profundamente assimétrica. Selada em 1942, ela se desdobrou não apenas na cedência de bases em território brasileiro, mas em operações de guerra no Atlântico e na Itália. Após a II Guerra Mundial, essa aliança bilateral se diluiu no pacto de segurança coletiva do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, o TIAR, e foi reconfigurada nos termos da Guerra Fria no polêmico acordo militar de 1952.

INCORPORAÇÃO DE MODELOS ORGANIZACIONAIS

A atuação da missão militar francesa foi sentida inicialmente na instrução de oficiais. O grupo inicial de 20 oficiais franceses chefiados por Gamelin foi agregado ao Estado-Maior, que supervisionava a formação de oficiais do Exército. Seus instrutores iniciaram os trabalhos na Escola de Estado-Maior (EEM), dedicada à formação de oficiais superiores responsáveis pelas funções de planejamento e estratégia daquela força. A EEM atendia

²O esforço de aproximação estadunidense do Brasil não esteve circunscrito apenas aos militares, um número significativo de intelectuais, artistas, escritores e estudantes também visitou os EUA a convite do Departamento de Estado ou de agências especializadas montadas para a “boa vizinhança” e o pan-americanismo, como o Office of the Coordinator of Inter-Americans Affairs. Para esta questão, ver TOTA, 2000.

majores e tenentes-coronéis e a aprovação em seu curso tornou-se condição para a ascensão ao generalato; formava, portanto, os futuros comandantes do Exército e provavelmente por isso foi a primeira instituição a receber os franceses. A EEM forneceu também cursos de “atualização” para coronéis, todavia os “discípulos” da missão militar francesa foram majoritariamente oficiais jovens. A missão também coordenou a organização da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, voltada a capitães e tenentes. Além de procurar repassar os “ensinamentos da Grande Guerra”, a ênfase do ensino recaía em exercícios “práticos”, seja em problemas sobre carta, seja em manobras de campo. Paralelamente, a missão tratou de reformular a infinidade de manuais que regulavam o dia-a-dia das unidades militares, conferindo particular atenção à adoção de manobras periódicas e treinamentos continuados para que oficiais e praças estivessem permanentemente familiarizados com os procedimentos e técnicas da guerra moderna (DOMINGOS NETO, 2007; MCCANN, 2006). Outro aspecto importante no processo de emulação foi a incorporação da doutrina de emprego francesa. Depois dos massacres da Grande Guerra, o estado-maior francês abandonou a doutrina da ofensiva à *outrance* em favor de uma doutrina eminentemente defensiva (POSEN, 1984). A adoção de uma doutrina militar defensiva estava em sintonia com a orientação diplomática do Brasil que há pouco concluíra a definição de suas fronteiras pela via diplomática.

Os franceses desempenharam também um papel importante na implantação da aviação do exército. A criação da escola no Campo dos Afonsos foi obra de um primeiro grupo de instrução incorporado à missão, permitindo que, já em 1919 fossem apresentados os primeiros pilotos. Os termos do contrato e a criação da Escola asseguraram importantes encomendas de aeronaves à indústria francesa (MCCANN, 1983). No plano organizacional, a missão orientou a criação do corpo de intendência, responsável pela logística da força, e assessorou a reformulação do Estado-Maior, responsável pela escolha dos armamentos a serem adquiridos, cujas especificidades técnicas tinham também implicações doutrinárias (DOMINGOS NETO, 2007). Com vistas a modelar o exército brasileiro em termos similares ao francês, grandes unidades foram reorganizadas no sentido de receber as reservas oriundas do serviço militar obrigatório e novos armamentos modernos foram introduzidos, como a companhia de carros de assalto (MAGALHÃES, 2001). A sugestão de criação do Conselho de Defesa Nacional, em 1927, e a ênfase na mobilização refletem a orientação francesa, partilhada pelo comando brasileiro, de preparar o exército conforme o modelo da “nação em armas”. Apesar das resistências, críticas e tensões hierárquicas, a missão rompeu a inércia e viabilizou uma

significativa modernização do exército. Apesar de seu refluxo, decorrente da preponderância da influência militar estadunidense, posteriormente a missão militar francesa foi revalorizada e passou a ser cultuada como uma espécie de mito fundador do Estado-maior do Exército (ARAÚJO, 2008).

A adoção de referenciais organizacionais e equipamentos norte-americanos se deu de forma discreta nos anos 1930, em áreas não cobertas pela missão francesa. Oficiais médicos e engenheiros foram convidados a visitar instalações nos EUA e, em 1934, uma missão fora contratada para treinar e reorganizar a artilharia de costa brasileira. A avaliação positiva permitiu que, em pouco tempo, o pequeno grupo de oficiais norte-americanos também atuasse na Escola Técnica do Exército, o futuro Instituto Militar de Engenharia (MCCANN, 1983). Somente com a entrada dos dois países na II Guerra Mundial iniciou efetivamente a emulação brasileira do modelo estadunidense. Nesse sentido a Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi decisiva. Durante a sua preparação, centenas de oficiais das armas combatentes foram realizar cursos e estágios nas unidades de suas respectivas armas naquele país. O contato com as instalações militares, industriais e com a sociedade mobilizada para a guerra, entre os anos de 1943 e 1945, teve forte impacto na atitude dos oficiais brasileiros a respeito dos Estados Unidos. Manuais foram traduzidos e uma grande quantidade de armas e equipamentos foram transferidos para o Brasil. O planejamento, recrutamento, treinamento, envio e atuação de uma divisão expedicionária, com suporte dos EUA, constituiu um singular aprendizado para o Exército Brasileiro. Treinamento, alimentação e disciplina passaram a ter um enfoque distinto desde então (MAXIMIANO, 2010).

Depois de 1945 as transferências de armamentos para o Brasil sofreram severa redução em relação ao registrado durante a II Guerra Mundial; ainda assim, os Estados Unidos mantiveram-se como o principal fornecedor de material bélico para o Brasil até meados dos anos 1970 (MOTT, 2002). Essa dependência material era refletida nas mudanças organizacionais implantadas com assessoria norte-americana. Os estudos para criação do Estado-Maior Geral, mais tarde Estado-Maior das Forças Armadas, e a reforma do Ministério da Guerra foram acompanhados por oficiais dos EUA que atuavam junto a Comissão Militar Mista Brasil-Estados Unidos, no Rio de Janeiro. A reestruturação da artilharia de campanha, o processo de motomecanização e a criação da Escola de Paraquedismo do Exército também se deram em estreita cooperação com militares e na dependência dos equipamentos fornecidos por Washington. A Escola de Estado Maior

tratou de incorporar as experiências acumuladas pelos oficiais superiores em cursos nos EUA e nos combates da FEB e a Escola Superior de Guerra foi igualmente criada com assessoria direta de militares estadunidenses.

RESISTÊNCIAS E ADAPTAÇÕES

Antes mesmo da contratação, a missão francesa criou tensões na organização. Oficiais mais antigos, “tarimbeiros” e “doutores”, temiam por suas posições quando novos saberes profissionais fossem incorporados, especialmente pelos jovens oficiais. Todavia, depois da I Guerra Mundial, os “antimissionistas”, não foram capazes de barrar a atuação de uma cúpula disposta a modernizar o exército e de um grupo de jovens oficiais que militavam em prol da contratação de uma missão estrangeira, os jovens turcos. Ainda assim a direção brasileira foi cautelosa ao definir as atribuições da missão militar. Sua atuação tendeu a ficar restrita às instituições de ensino, o que gerou vários desajustes entre o primeiro chefe da missão militar francesa e o Estado-Maior brasileiro, que pretendia manter certo nível de autonomia, como na elaboração dos planos de defesa do país (BANHA, 1984). Havia uma clara diferença entre a visão de determinadas lideranças brasileiras, que viam a missão como um “remédio temporário” e a perspectiva tutelar e comercial francesa, que procurava alongar o convênio ao máximo. A ênfase escolar conferida à missão militar francesa acentuou uma clivagem geracional que já vinha se desenhando desde a atuação dos *jovens turcos*, parte deles veteranos dos estágios na Alemanha entre 1906 e 1912. Os oficiais saídos das escolas modernizadas pelos franceses eram melhor instruídos que seus chefes imediatos; de modo que em várias unidades produzia-se não apenas uma tensão, mas uma inversão numa das características fundamentais da hierarquia militar (MAGALHÃES, 2001).

Com relação ao material bélico adquirido na França, havia certo ceticismo quanto a sua efetiva qualidade, particularmente em relação ao alemão adquirido na década anterior. No decorrer ainda dos anos 1920, ficara evidente a dificuldade dos fornecedores franceses atenderem as, limitadas, demandas brasileiras e a fazer frente à concorrência de outros fabricantes (DOMINGOS NETO, 2007). Apesar do importante impacto organizacional, da vigência e da longevidade da missão, renovada sucessivamente até o final dos anos 1930, as relações militares Brasil-França acompanharam o declínio geral da influência francesa na América

Latina no entre-guerras (ROLLAND, 2005) e o Brasil em breve reveria suas parcerias militares.

O que poderia ser chamado de uma americanização do exército brasileiro durante a II Guerra não deixou de criar tensões e resistências internas. Leitão de Carvalho narra em detalhes a reticência da cúpula militar quanto à criação da FEB³. Durante a guerra, o processo de emulação militar ocorreu em dois níveis e velocidades distintos. O da FEB, intensivo e rápido, e o do restante da força, superficial e lento. A rápida desmobilização da divisão expedicionária e a distinção que se criou entre o “Exército da FEB” e o “Exército de Caxias” expressam a ambiguidade não apenas do regime, mas da própria organização quanto às mudanças ocorridas entre 1943 e 1945.

No pós-guerra havia outros entraves à assimilação e reprodução do modelo estadunidense no Brasil. Alguns oficiais percebiam a doutrina daquele país como uma simplificação da que lhes foi transmitida pelos franceses antes da guerra. Todavia, o limite maior decorria do fato de que, sustadas as massivas transferências de armamentos em 1945, o Brasil não dispunha de orçamento, meios materiais ou mesmo estradas para replicar e manter um exército motorizado e moderno. A isso somava-se que a doutrina de emprego das forças de terra norte-americanas, particularmente depois da guerra da Coréia, assentava-se na projeção de poder e no emprego massivo de um esmagador poder de fogo só possível de ser alcançado com ampla mobilização de recursos humanos e industriais (WEIGLEY, 1973). Havia, ainda, outro desencontro nas relações militares entre os dois países. A orientação de longo curso das Forças Armadas brasileiras de conquistar autonomia, militar e industrial, não coincidia com a estratégia dos Estados Unidos para a América Latina, que tendia a repassar aos países da região material já obsoleto empregado na II Guerra para que desempenhasse funções predominantemente constabulares, o que gerou tensões e um progressivo distanciamento nas décadas posteriores (SVARTMAN, 2011).

A escalada da guerra fria a partir de 1947 pôs no topo da agenda o principal ponto de convergência, e de tensões internas, entre as duas Forças: o anticomunismo. No final dos anos 1940, marcados pela intensificação da mobilização política da sociedade brasileira, e pelas polêmicas em torno do modelo de exploração do petróleo e do nacionalismo, as Forças Armadas brasileiras, mais do que moderadoras do jogo político brasileiro, tornavam-se palco e objeto de disputas políticas (PEIXOTO, 1980; SMALLMANN, 2004).

³ CARVALHO, Estevão Leitão de. A serviço do Brasil na II Guerra Mundial. Rio de Janeiro: A Noite, 1952.

Neste contexto, as relações militares com os EUA constituíam um divisor de águas ideológico, sendo contestadas pelos segmentos mais à esquerda, particularmente do Exército, e objeto de negociações reservadas que deram origem ao novo acordo militar de 1952 e ao acirramento das clivagens ideológicas.

IMPLICAÇÕES POLÍTICAS

Frederick Nunn chama a atenção para o fato de o treinamento militar fornecido pelas potências europeias na América Latina ter proporcionado não apenas o profissionalismo militar (expertise, espírito de corpo, carreiras estruturadas), mas o *militarismo profissional*: “um conjunto de atitudes que podem fazer uso da ação política para encontrar soluções para problemas sociais e econômicos usando métodos baseados no *ethos* militar”. E vai mais além ao assinalar que os exércitos francês e alemão desempenhavam papéis políticos importantes em seus países e que isso não teria passado despercebido na América Latina (NUNN, 1983). Temas como o papel do serviço militar obrigatório como elemento de construção da nacionalidade, a necessidade de planejamento e controle, para uso militar, do sistema de transportes e o da necessidade de uma base industrial nacional, que sustentasse as modernas operações de guerra, passaram a ser recorrentes na literatura militar da região (RESENDE-SANTOS, 2007).

A recepção e os usos dados aos saberes e modelos transplantados ou adaptados depende, por certo, das características de cada país e de suas forças armadas. No Brasil, a interação com os oficiais franceses e a emulação do modelo militar daquele país deu-se num período de erosão da hegemonia da oligarquia cafeeira e de mudanças sociais e políticas. A contestação à ordem estava posta dos sindicatos às vanguardas artísticas e a insatisfação nas fileiras do exército tampouco era pequena. Mais de dois terços da oficialidade comprimia-se nas patentes de primeiro e segundo tenentes, as promoções eram lentas e incertas e mesmo a cúpula militar estava relativamente distante das elites mineira e paulista (CARVALHO, 2005). A isso se somava a clivagem entre oficiais mais jovens, em dia com a modernidade militar fornecida pelos franceses, e seus superiores pouco ou nada familiarizados com as novas técnicas. O ambiente era particularmente propício a insurreições.

Assim, as implicações políticas da missão militar francesa, ou do seu legado, são um tanto contraditórias. De um lado, o reforço da

organização e do profissionalismo militar acentuava o espírito de corpo, sempre reivindicado nos episódios de 1922, 24 e 30. A emulação de um exército moderno e vitorioso da I Guerra Mundial acabou reforçando disposições para a intervenção política de frações da oficialidade brasileira. Para estes segmentos, o “Exército estava modernizado, o País continuava arcaico. A realização dos objetivos corporativistas passaria, portanto, pela interferência no processo de desenvolvimento socioeconômico nacional” (DOMINGOS NETO, 1980). Por outro lado, o profissionalismo tende a reforçar a hierarquia e a disciplina e, de fato, nos três episódios referidos as adesões foram, no máximo, parciais (CARVALHO, 2005). De toda forma, este fortalecimento organizacional foi decisivo em 1937, em 1945 e conferiu outro patamar de poder para a organização durante a Guerra Fria. A missão militar francesa não conferiu ao Brasil capacidade material de balancear a Argentina, mas permitiu a formação de um corpo de oficiais profissionalizado capaz de negociar doméstica e externamente este objetivo.

A interação militar do Brasil com os Estados Unidos tornou-se bastante intensa durante o Estado Novo, uma ditadura civil fortemente amparada no Exército. Reformas asseguraram o empoderamento organizacional e político do Exército e as transferências de armamentos dos Estados Unidos durante a II Guerra Mundial lhe conferiram os meios de força. O pós-guerra foi marcado por uma série de mudanças políticas internas e externas que afetaram sensivelmente as relações militares entre Brasil e Estados Unidos. O golpe que pôs fim ao Estado Novo em 1945 marcou o limite da aliança de Getúlio Vargas com os militares, que viam na eventual inflexão à esquerda e continuísta do ditador uma ameaça comunista. Cada vez mais o anticomunismo seria ponto central na agenda política da cúpula militar brasileira. A colaboração entre militares brasileiros e estadunidenses nesta área foi intensa e precedeu a formulação das doutrinas e sistemas de alianças que marcaram os primeiros anos da Guerra Fria, de modo que se sedimentou uma longa convergência em torno do combate ao comunismo (SVARTMAN, 2014). Neste sentido, a ESG desempenhou um papel importante ao disseminar uma doutrina que combinava anticomunismo com o reforço de disposições intervencionistas em nome do planejamento da segurança e do desenvolvimento nacional. É importante frisar que, apesar dos laços estreitos, a elaboração doutrinária de combate ao comunismo no Exército teve coloração própria, combinando também a literatura francesa produzida na esteira da guerra da Indochina, divulgada no meio militar brasileiro ainda na década de 1950 (MARTINS FILHO, 2008).

Contudo, nem tudo era anticomunismo no Exército brasileiro. Os segmentos mais à esquerda da oficialidade e de suboficiais contestavam essa agenda e o alinhamento com os Estados Unidos. Repercutindo movimentos sociais e políticos mais amplos, defendiam, sob a bandeira do nacionalismo, o projeto nacional-desenvolvimentista. Essa clivagem ideológica alimentou uma luta feroz nas corporações militares até os expurgos posteriores a 1964. Em outro nível, a cúpula militar mantinha uma agenda com os Estados Unidos que não era restrita ao combate ao comunismo. Havia a expectativa de que Washington cooperasse com o fortalecimento militar e industrial do Brasil através da transferência de armamentos modernos e de tecnologia. Contudo, o declínio da importância estratégica da região para os EUA até a revolução cubana produziu um relegamento bastante frustrante para as expectativas brasileiras. Na estratégia estadunidense de então, o Brasil não se diferenciava de seus vizinhos e, como os demais, deveria cooperar no esforço anticomunista fornecendo matérias primas e mantendo forças armadas capazes de garantir a ordem interna. Essa condição e a dependência do material bélico, quase sempre obsoleto, que nos anos 1950 tornou a ser transferido para o Brasil sob a égide dos programas de assistência militar estadunidense da Guerra Fria acentuaram as disposições militares brasileiras para desenvolver capacidade autônoma em setores como a indústria bélica e nuclear, bem como buscar novos fornecedores na Europa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comparação das duas dinâmicas de modernização militar pela via da importação de modelos permite que se identifique com mais clareza as especificidades de cada processo de emulação e o que há em comum nas duas experiências. Como foi visto, a contratação da missão militar francesa, apesar das implicações políticas internacionais, teve um forte conteúdo comercial, cujo declínio relativo da potência e a crescente concorrência dos anos 1930 não permitiu que, em diversas circunstâncias, as demandas brasileiras fossem de todo atendidas. Já a aliança estabelecida com os Estados Unidos decorreu de negociações estratégicas seladas durante a II Guerra Mundial e se desdobrou na Guerra Fria num padrão calcado mais na “assistência militar” para a “defesa do mundo livre” do que na venda de armas ou equipamentos. A cooperação militar com a superpotência em ascensão não foi linear. Apesar da convergência em

torno do anticomunismo, sobretudo nas primeiras décadas do conflito bipolar, e da disposição do polo dominante do Exército a engajar-se no combate à “subversão”, a Força nunca se dispôs a abrir mão por completo do preparo para uma guerra convencional em favor de um papel de polícia. Certamente isso se deu em função da expertise já adquirida com os franceses no desempenho das funções clássicas de um exército moderno calcado no recrutamento universal. Apesar de enxertado numa sociedade que dava seus primeiros passos rumo à industrialização e das debilidades materiais e de treinamento da tropa, o corpo de oficiais brasileiros se percebia como moderno e estava a par do debate profissional de sua época quando a interação com os Estados Unidos tornou-se mais forte.

As duas experiências trouxeram consigo tensões internas, resistências e forçaram adaptações, que evidenciaram a impossibilidade de um transplante linear da organização militar francesa ou norte-americana. Em ambos os casos o Brasil selou acordos que visavam atualizar a estrutura de seu exército e a formação de seus oficiais, bem como ter acesso às armas e equipamentos modernos empregados por grandes potências. O atraso, sobretudo em relação aos países vizinhos, fora corrigido, contudo ao preço de uma incômoda dependência. Embora fosse notória a dependência em relação à França e, posteriormente, aos Estados Unidos, as lideranças militares brasileiras buscaram, em várias circunstâncias, diversificar seus fornecedores e, de forma progressiva, desenvolver autonomia em relação a seus mentores. No decorrer deste longo processo, houve aprendizado brasileiro ao lidar com a contratação de missões e a importação de modelos organizacionais. Na verdade o Brasil queria mais da relação com os Estados Unidos do que quis ou teve com a França: armas, supremacia regional, saberes e tecnologia para o desenvolvimento de sua indústria de defesa e para a industrialização geral do país, o que ajuda a compreender a trajetória daquele segmento nas décadas seguintes e a sua recente retomada.

As experiências de interação do Exército brasileiro com seus pares franceses e norte-americanos transformaram uma série de aspectos na sua estrutura organizacional. Bastante visíveis na capacitação do corpo de oficiais, no poderio dos meios de força e nas doutrinas de emprego, essas mudanças não passaram ao largo do intenso protagonismo político que militares brasileiros tiveram entre 1922 e 1985. Ambas as experiências reforçaram a capacidade militar e o poder político do exército, fazendo do corpo de oficiais um singular grupo de pressão que em vários momentos mostrou-se fortemente inclinado à ação política. Profissionalismo e

espírito de corpo reforçados não apartaram os militares brasileiros da cena política nos anos 1920 e menos ainda durante a Guerra Fria.

Em relação aos seus vizinhos, a primeira experiência brasileira de emulação militar foi mais tardia e seletiva, ainda assim esteve imbuída da mesma lógica partilhada pelos demais de balanceamento interno das capacidades militares do país rival, no caso a Argentina. A segunda experiência contou com o aprendizado da primeira e, apesar das clivagens internas, tensões e frustrações com os Estados Unidos, possibilitou o fortalecimento organizacional que ensejou tanto o protagonismo político militar acima referido quanto o desenvolvimento de capacidades estatais que sustentassem uma longa busca por autonomia. Ambas deixaram um legado modernizante, industrializante e de uma percepção instrumental junto à oficialidade a respeito da necessidade de convênios com atores centrais do sistema como meio para obtenção de maior capacidade nacional.

THE BRAZILIAN ARMY AND THE EMULATION OF FRENCH AND AMERICAN MODELS IN THE 20TH CENTURY

ABSTRACT

In the first half of the twentieth century the Brazilian Army undertook reforms to modernize and retool with up-to-date weapons and doctrines. This process, although controlled by the Brazilian authorities, depended on the establishment of agreements with two major powers, France and the United States. This paper discusses, in a comparative perspective, the two processes of military emulation that came about as a result of the French Military Mission (1919-39) and the military agreements signed by Brazil with the United States in 1942 and 1952. The analysis focuses on the negotiation aspects and interests involved in the two agreements; the scope of the cooperation; weaponry and doctrines adopted; Institutional resistances and adaptations; as well as the domestic and foreign political implications of adopting both models. **Key-words:** military emulation; modernization; Brazil-France relations, Brazil-US relations

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rodrigo. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? *Revista Esboços*, v. 15, n. 20, 2008.

BANHA, Paulo. *História do Estado-maior do Exército*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

CARVALHO, Estevão Leitão de. A serviço da Brasil na segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: A Noite, 1952.

DAVIS, Sonny. *A brotherhood of arms: Brazil and United States military relations, 1945-1977*. Niwot: University Press of Colorado, 1996.

DOMINGOS NETO, Manuel. Influência estrangeira e luta interna no Exército. (1889-1930) In: ROUQUIÉ, Alain (Org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

DOMINGOS NETO, Manuel. Gamelin, o modernizador do Exército. *Tensões Mundiais*, v. 3, n. 4, jan./jun., 2007.

HILTON, Stanley. *O Brasil e as grandes potências: 1930-1939, aspectos políticos da rivalidade comercial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HILTON, Stanley. The United States, Brazil and the Cold War, 1945-1960: end of a special relationship. *The journal of American history*, v. 68, n. 3, dez, 1981.

MAGALHÃES, JB. *A evolução militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2001.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, p. 39-50, 2008.

MAXIMIANO, Cesar. *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na II Guerra Mundial*. São Paulo: Grua, 2010.

McCANN, Frank. A influência estrangeira e o Exército brasileiro 1905-1945. In: *A Revolução de 30*. Seminário Internacional CPDOC/FAV. Brasília: Editora da UnB, 1983.

_____. *Soldados da Pátria: história do Exército Brasileiro (1888-1937)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MOURA, Gerson. *Autonomia na Dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

- NUNN, Frederick. *Yesterday soldiers: European military professionalism in South America, 1890-1940*. Lincoln, University of Nebraska Press, 1983.
- PEIXOTO, Antônio. O clube militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUIÉ, Alain (Org.) *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.
- POSEN, Barry. *The sources of military doctrine: France, Britain, and Germany between the world wars*. Ithaca: Cornell University Press, 1984.
- RESENDE-SANTOS, João. *Neorealism, states, and the modern mass army*. Cambridge University Press, 2007.
- SCHOULTZ, Lars. *Estados Unidos: poder e submissão: uma história da política norte-americana em relação à América Latina*. Bauru: EDUSC, 2000.
- SMALLMANN, Shawn. A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil (1945-64) In: CASTRO C., IZECKSOHN, V., KRAAY, H. (Orgs.) *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- SVARTMAN, Eduardo. Brazil-United States Military Relations during the Cold War: Political Dynamic and Arms Transfers. *Brazilian political science review*, v. 5, p. 96-122, 2011.
- SVARTMAN, Eduardo. Da II Guerra Mundial à Guerra Fria: Conexões entre os exércitos do Brasil e dos Estados Unidos. *Latin American Research Review*, v. 49, p. 83-103., 2014.
- TOTA, Antônio. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WALTZ, Kenneth. *Teoria das relações internacionais*. Lisboa, Gradiva, 2002.
- WEIGLEY, Russell. *The American way of war: A history of United States military strategy and policy*. Bloomington: Indiana University Press, 1973.

Recebido em: 03/04/2016

Aceito em: 09/12/2016

